

# **Novas águas de conhecimento nas comunidades rurais: mediadores e camponeses uma lente plural do saber das águas.**

TORRES, Avani Terezinha<sup>\*</sup>; DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega<sup>\*</sup>; LIMA, Valéria Raquel Porto de<sup>\*\*</sup>, CAZÉ, Jorge Flávio<sup>\*\*</sup>, \*\*\* VIANNA, Pedro Costa Guedes

<sup>\*</sup>Mestrandas do PPGG/UFPB

<sup>\*\*</sup> Alunos da graduação em Geografia da UFPB e bolsistas PIBIC CNPq

<sup>\*\*\*</sup> Professor do Programa de Pós Graduação da UFPB

## **Justificativa**

No Nordeste Brasileiro, a luta pelo acesso à água nas comunidades rurais perpassa a lógica da natureza física da região, envolvendo também a necessidade de formação cidadã dos camponeses com relação aos seus direitos e responsabilidades de gerir a água no território. Ampliar as práticas educacionais voltadas para a conscientização e capacitação de filhos de camponeses residentes em áreas de assentamentos rurais, no tocante ao manejo dos recursos hídricos, torna-se uma questão vital para efetivamente se ter uma gestão participativa da água. Nesse sentido, a Universidade Federal da Paraíba através do Grupo de Estudos e Pesquisas da Água e Território – GEPAT e o Centro Rural de Formação – CRF, têm promovido cursos de capacitação para esses jovens, sensibilizando-os a participarem da gestão das águas nos seus territórios. Para tanto, torna-se necessário disponibilizar de forma clara, e coerente com a realidade, conhecimentos sobre o uso correto e sustentável da água, sua importância, sua dinâmica e sua relação com a sociedade através de uma nova forma de gestão da água instituída no Brasil a partir de 1997.

## **Objetivos**

A realização do Curso ante mencionado, contemplou em uma de suas etapas, os conhecimentos referentes aos conhecimentos sobre recursos hídricos, especialmente, no tocante a gestão das águas da qual trata a Lei N.º433/97, na qual a Política Nacional dos Recursos Hídricos estabelece que a água é um bem de domínio público, cuja gestão deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. As aulas ministradas buscam dinamizar um processo de conscientização e socialização do saber a respeito da temática água e a necessidade de uma gestão cidadã buscando um manejo social, ecológico e político da água em assentamentos rurais, tendo como objetivos: a) Desenvolver atividades teóricas e práticas de acesso a informação sobre a gestão da água a comunidades rurais b) capacitar jovens de comunidades rurais de diversas localidades como agentes multiplicadores do saber sobre o tema água. c) criar mecanismos de incentivos à participação de filhos de camponeses em eventos de natureza acadêmica e/ou política da gestão das águas, para tomar contacto e/ou ampliar o conhecimento sobre o tema de modo a promover sua inserção nas decisões da Política Estadual dos Recursos Hídricos. Dentre as diversas atividades deste Projeto, para atingir o último objetivo mencionado, buscou-se financiamento governamental para que um dos alunos do curso realizado ao longo de três meses (abril - jun./ 06) participasse de um evento a nível nacional ou internacional para relatar a experiência vivida durante o curso de capacitação.

## **Metodologia**

De acordo com Di Lorenzo (2006) a educação formal oferecida aos alunos residentes nas comunidades rurais do entorno do CRF, possuem profundos traços de atraso se

relacionado se relacionado ao *paradigma da educação rural* (MOLINA & JESUS, 2004), pois a escola não tem buscado proporcionar momentos em que se condicione o aproveitamento do real potencial dos alunos. Essas carências também foram levantadas pelo dirigente do CRF, Padre Gabrielle, que em outubro de 2004 concretiza um projeto de formação cidadã para jovens filhos de camponeses juntamente com diversos professores universitários da UFPB e UEPB. Com isso, foi possível organizar visitas tanto de professores e alunos universitários ao CRF, como de alunos de comunidades rurais as Universidades, nas quais se ensina a respeito de temáticas que relacionam a importância da natureza para a vida do ser humano e a necessidade de conscientização política e social de manejo e preservação da natureza no ambiente rural. No ano de 2006 serão concretizadas ações de intercâmbios culturais Brasil-Itália, onde alunos filhos de camponeses através de vídeo conferência trocarão experiências com alunos de escolas públicas italianas.

Uma das preocupações do projeto de gerar uma consciência política da gestão da água, diz respeito aos estudos realizados pelo GEPAT onde pode-se verificar uma baixa informação por parte das comunidades rurais a respeito de seus direitos e deveres na gestão participativa da água, imposta pela lei 9433/97. A metodologia adotada envolve desde a exposição de aulas teóricas, realização de pesquisa de campo nas áreas de nascentes de rios, coleta de amostras d'água em reservatórios distintos, dentre poços e cacimbões, com observação da paisagem, levantamento fotográfico, localização geográfica dos pontos de coleta com utilização de GPS (Global Position System), anotações de campo, discussão em grupos e realização de dinâmicas. A linguagem utilizada visa uma aproximação do mundo acadêmico com o mundo prático rural.

## **Resultados**

Nas entrevistas e relatos foi possível verificar que os alunos adquiriram conhecimentos da necessidade de preservação de áreas de nascentes, da organização e participação da comunidade nos processos de gestão das águas e nos cuidados com o meio ambiente. O processo da educação não-formal foi eficaz segundo os alunos por concatenar o uso da teoria e prática acadêmicas, ao saber local, para um conhecimento amplo do território. A partir da didática utilizada pelos mediadores, os alunos perceberam que no processo de ensinar também está contido o aprender, numa troca mútua. Por unanimidade, na opinião dos alunos a forma de socializar o saber, através de dinâmicas e aulas práticas proporcionou uma consciência coletiva da responsabilidade social de repassar o conhecimento, sendo esse um multiplicador natural para uma melhor compreensão e participação comunitária na gestão dos recursos hídricos. Os resultados das avaliações mostram a eficiência das atividades executadas, qualificando a importância da atuação do projeto na sociedade.

## **Referências**

BRASIL Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. 1997.

MOLINA, Mônica Castagna & JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília/DF: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004.

Di Lorenzo, I. D. N. **ASSENTAMENTO DONA HELENA: práticas educativas cotidianas entre camponeses e Mediadores.** XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: 2006.